



**Universidade Federal do Ceará  
Coordenadoria de Concursos - CCV**

**Processo seletivo simplificado para a seleção de  
estagiários para Procuradoria Geral da  
Universidade Federal do Ceará, destinado a alunos  
do curso de Direito.**

**Prova Objetiva**

**CADERNO DE  
PROVAS**

- Direito Constitucional - Questões de 01 a 10
- Direito Civil - Questões de 11 a 20
- Direito Administrativo - Questões de 21 a 30
- Direito Processual Civil - Questões de 31 a 40
- Direito Penal - Questões de 41 a 50

**Data:** 14/06/2015

**Duração:** 04 horas

Coloque, de imediato, o seu número de inscrição e o número de sua sala, nos retângulos abaixo.

**Inscrição**

**Sala**

01. Segundo a doutrina constitucionalista, a Constituição que permite a realização de alterações posteriores em seu texto, contudo através de maioria qualificada em relação ao procedimento legislativo ordinário, denomina-se:
- A) rígida.
  - B) formal.
  - C) flexível.
  - D) material.
  - E) imutável.
02. Indique o item que preenche, corretamente, a lacuna da frase: Conceder-se-á \_\_\_\_\_ sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- A) habeas data
  - B) habeas corpus
  - C) mandado de injunção
  - D) mandado de segurança coletivo
  - E) mandado de segurança individual
03. A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e é formada:
- A) pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal.
  - B) pela união dissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal.
  - C) pela união indissolúvel dos Estados e do Distrito Federal, somente.
  - D) pela união indissolúvel dos Estados e Municípios, somente.
  - E) pela união dissolúvel dos Estados e Municípios, somente.
04. Compete privativamente à União legislar sobre:
- A) orçamento.
  - B) desapropriação.
  - C) previdência social, proteção e defesa da saúde.
  - D) educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.
  - E) florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
05. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
- A) diretrizes da política nacional de transportes.
  - B) direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
  - C) regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial.
  - D) requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra.
  - E) direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.
06. Segundo os ditames da Constituição Federal de 1988, as associações:
- A) só poderão ter suas atividades suspensas por decisão judicial transitada em julgado.
  - B) só poderão ser compulsoriamente dissolvidas por decisão administrativa.
  - C) só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
  - D) só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, não se exigindo, em nenhum dos casos, o trânsito em julgado.
  - E) só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão administrativa ou judicial, exigindo-se, no caso de decisões judiciais, o trânsito em julgado.

07. Conforme disposto na Constituição Federal de 1988, a pequena propriedade rural, assim definida em lei:
- A) nunca será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
  - B) desde que trabalhada individualmente, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
  - C) mesmo que trabalhada pela família, poderá ser objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
  - D) desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
  - E) não deve ter proteção diferenciada das demais propriedades.
08. As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação:
- A) condicionada.
  - B) programática.
  - C) excepcional.
  - D) imediata.
  - E) mediata.
09. Marque a alternativa que indica somente símbolos da República Federativa do Brasil:
- A) a marinha e o selo nacionais.
  - B) as armas e o selo nacionais.
  - C) a bandeira e o exército nacionais.
  - D) a Constituição e o hino nacionais.
  - E) a Constituição e a bandeira nacionais.
10. Segundo as recentes discussões doutrinárias e jurisprudenciais quanto ao tema da hierarquia dos tratados de direitos humanos ratificados pelo Brasil antes da vigência da EC nº 45/2004, prevalece o entendimento que os tratados que se encaixam no contexto em comento têm status:
- A) infralegal.
  - B) supralegal.
  - C) de lei ordinária.
  - D) de norma constitucional originária.
  - E) de Emenda à Constituição, independentemente da forma como foram aprovados.

---

**DIREITO CIVIL**

11. Marque a alternativa que arrola, corretamente, somente características dos direitos da personalidade.
- A) Extrapatrimonialidade e indisponibilidade.
  - B) Imprescritibilidade e penhorabilidade.
  - C) Impenhorabilidade e disponibilidade.
  - D) Penhorabilidade e vitaliciedade.
  - E) Generalidade e prescritibilidade.
12. Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu ao outro:
- A) presumir-se-ão simultaneamente mortos.
  - B) presumir-se-á que morreu primeiro o mais idoso.
  - C) presumir-se-á que morreu primeiro o mais jovem.
  - D) presumir-se-á que morreu primeiro aquele que, comprovadamente, estava acometido de doença crônica.
  - E) não se pode presumir nada de relevância jurídica.

13. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:
- A) os pródigos.
  - B) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
  - C) os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
  - D) os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
  - E) os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.
14. Segundo o Código Civil brasileiro, indique qual o prazo decadencial para anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro:
- A) dois anos.
  - B) três anos.
  - C) quatro anos.
  - D) cinco anos.
  - E) dez anos.
15. Marque o item que conceitua, de forma adequada, o instituto da desconsideração da personalidade jurídica prevista no CCB.
- A) Obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, exercidos nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.
  - B) Se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, a requerimento de qualquer interessado, nomear-lhe-á administrador provisório.
  - C) Nos casos de dissolução da pessoa jurídica ou cassada a autorização para seu funcionamento, ela subsistirá para os fins de liquidação, até que esta se conclua.
  - D) Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão pela maioria de votos dos presentes, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso.
  - E) Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.
16. Cessar, para os menores, a incapacidade:
- A) pelo divórcio.
  - B) pela colação de grau em curso de ensino médio.
  - C) pelo exercício de emprego privado, desde os quatorze anos.
  - D) pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.
  - E) pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, vedada a emancipação por sentença do juiz.
17. Segundo o Código Civil brasileiro, pode ser declarada a morte presumida:
- A) com decretação de ausência, sempre, pois esta é imprescindível em todos os casos.
  - B) sem decretação de ausência, desaparecendo uma pessoa do seu domicílio sem dela haver notícia.
  - C) com decretação de ausência, se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.
  - D) sem decretação de ausência, se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.
  - E) com decretação de ausência, se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra.
18. É exemplo de pessoa jurídica de direito público interno:
- A) as autarquias, inclusive as associações públicas.
  - B) as fundações instituídas por particulares.
  - C) as sociedades exclusivamente privadas.
  - D) as organizações religiosas.
  - E) os partidos políticos.

19. Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a:
- A) equidade.
  - B) analogia, somente.
  - C) analogia e os costumes, somente.
  - D) analogia e os princípios gerais de direito, somente.
  - E) analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.
20. Diante dos conflitos intertemporais passíveis de verificação na prática jurídica diante da densa atividade legiferante brasileira, indique qual critério é o mais adequado para solucionar conflito de normas jurídicas entre uma norma constitucional geral anterior e uma lei ordinária específica posterior, bem como qual norma deve prevalecer.
- A) Critério ontológico, devendo prevalecer a norma mais aceita socialmente.
  - B) Critério hierárquico, devendo prevalecer a norma constitucional.
  - C) Critério da especialidade, devendo prevalecer a lei posterior.
  - D) Critério cronológico, devendo prevalecer a lei posterior.
  - E) Critério hierárquico, devendo prevalecer a lei posterior.

---

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

21. No Direito Administrativo pátrio, doutrinariamente, afirma-se que o interesse público, que norteia a atuação da Administração Pública, pode ser classificado em:
- A) interesse público primário e interesse público secundário.
  - B) interesse público primário e interesse público desvirtuado.
  - C) interesse público secundário, somente.
  - D) interesse público primário, somente.
  - E) interesse público verdadeiro e interesse público falso.
22. A realização de concurso público para seleção dos agentes públicos que atuam em nome da Administração Pública tem, como principal fundamento, o princípio:
- A) da eficiência.
  - B) da legalidade.
  - C) da moralidade.
  - D) da publicidade.
  - E) da impessoalidade.
23. A reforma do aparelho de estado formulada pelo governo brasileiro no final da década de 1990 teve como objetivo o desenvolvimento de uma administração gerencial no âmbito do Poder Público, razão pela qual foi acrescentado ao texto constitucional um novo princípio expresso para direcionar a atividade administrativa estatal, o princípio:
- A) da eficiência.
  - B) do contraditório.
  - C) da ampla defesa.
  - D) da economicidade.
  - E) da vinculação ao instrumento convocatório.
24. Indique o item que preenche, correta e respectivamente, as lacunas da frase: A \_\_\_\_\_ consiste na criação de entidade com personalidade jurídica própria, componente da Administração Indireta, enquanto a \_\_\_\_\_ consiste na criação de órgão público dentro de pessoa jurídica já existente, sem a criação de uma nova entidade.
- A) descentralização e desconcentração
  - B) descentralização e concentração
  - C) centralização e desconcentração
  - D) centralização e desestatização
  - E) centralização e concentração

25. É exemplo de empresa pública:
- A) INSS.
  - B) IBAMA.
  - C) INFRAERO.
  - D) PETROBRÁS.
  - E) BANCO DO BRASIL.
26. Quanto ao regime jurídico de contratação de pessoal das autarquias, marque a alternativa correta.
- A) Os agentes públicos podem se submeter ao regime celetista.
  - B) Os agentes públicos somente podem se submeter ao regime estatutário.
  - C) Os agentes públicos das autarquias se submetem a um regime misto, parte estatutário e parte celetista.
  - D) Os agentes públicos podem se submeter ao regime celetista ou ao regime estatutário, de acordo com o edital de seleção.
  - E) Os agentes públicos podem se submeter ao regime celetista ou ao regime estatutário, restando ao candidato aprovado escolher.
27. Indique o item que preenche, corretamente, a lacuna da frase: A \_\_\_\_\_ consiste na possibilidade de a própria Administração executar seus próprios atos, impondo aos particulares, de forma coativa, o fiel cumprimento das determinações neles consubstanciadas.
- A) tipicidade
  - B) imperatividade
  - C) discricionariedade
  - D) auto-executoriedade
  - E) presunção de legitimidade
28. Indique o item que preenche, corretamente, a lacuna da frase: A \_\_\_\_\_ é modalidade de extinção de ato administrativo que ocorre por razões de oportunidade e conveniência, não retroagindo para atingir efeitos passados, apenas impedindo que o ato venha a gerar efeitos (*efeitos exc nunc*).
- A) anulação pelo Poder Judiciário
  - B) revogação pelo Poder Judiciário
  - C) cassação pelo Poder Legislativo
  - D) anulação pela própria administração
  - E) revogação pela própria administração
29. No que tange à modalidade de licitação denominada tomada de preços, marque a alternativa correta.
- A) É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
  - B) É a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
  - C) É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.
  - D) É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista no art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.
  - E) É a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

30. Marque o item que indica, corretamente, uma hipótese de inexigibilidade de licitação.

- A) Na contratação de entidades privadas sem fins lucrativos, para a implementação de cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos, para beneficiar as famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou falta regular de água.
- B) Para aquisição de bens e contratação de serviços para atender aos contingentes militares das Forças Singulares brasileiras empregadas em operações de paz no exterior, necessariamente justificadas quanto ao preço e à escolha do fornecedor ou executante e ratificadas pelo Comandante da Força.
- C) Na contratação de instituição ou organização, pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, para a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural no âmbito do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária, instituído por lei federal.
- D) Na contratação em que houver transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde - SUS, no âmbito da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, conforme elencados em ato da direção nacional do SUS, inclusive por ocasião da aquisição destes produtos durante as etapas de absorção tecnológica.
- E) Para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.

---

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

31. O juiz dará curador especial:

- A) a qualquer um que o requerer.
- B) ao réu revel citado pelos correios.
- C) ao réu que, citado por edital ou com hora certa, comparecer em juízo e apresentar defesa.
- D) ao incapaz, se não tiver representante legal, ou se os interesses deste colidirem com os daquele.
- E) ao incapaz, mesmo que este tenha representante legal e os interesses deste não colidirem com os daquele.

32. Indique o item que preenche, corretamente, a lacuna da frase: O litisconsórcio \_\_\_\_\_ não pode ser dispensado, diante da exigência legal, a ação não podendo deixar de ser proposta por mais ou contra mais de uma pessoa. Se liga à obrigatoriedade da demanda ativa ou passivamente conjunta.

- A) simples
- B) composto
- C) necessário
- D) facultativo
- E) multitudinário

33. Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos:

- A) incluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento.
- B) incluindo o dia do começo e excluindo o do vencimento.
- C) excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento.
- D) excluindo o dia do começo e excluindo o do vencimento.
- E) excluindo o dia do começo e o seguinte dia útil e incluindo o do vencimento.

34. O prazo em quádruplo para recorrer:

- A) consta como prerrogativa do Ministério Público.
- B) consta como prerrogativa da Defensoria Pública.
- C) consta como prerrogativa da Advocacia Pública Federal.
- D) consta como prerrogativa da Advocacia Pública Estadual.
- E) não consta como prerrogativa de nenhum órgão ou entidade.

35. Indique o item que preenche, corretamente, a lacuna da frase: A preclusão \_\_\_\_\_ é a extinção da faculdade de praticar um determinado ato processual em virtude da não compatibilidade de um ato com outro já realizado.
- A) lógica
  - B) múltipla
  - C) temporal
  - D) atemporal
  - E) consumativa
36. É defeso ao juiz exercer as suas funções no processo contencioso ou voluntário:
- A) quando amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes.
  - B) quando herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de alguma das partes.
  - C) que conheceu em primeiro grau de jurisdição, tendo-lhe proferido sentença ou decisão.
  - D) quando alguma das partes for credora ou devedora do juiz, de seu cônjuge ou de parentes destes, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau.
  - E) quando receber dádivas antes ou depois de iniciado o processo; aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa, ou subministrar meios para atender às despesas do litígio.
37. A declaração transitada em julgado da prescrição do direito da parte emitida por juiz de direito extingue o processo e produz coisa julgada, sendo esta extinção e a coisa julgada, respectivamente:
- A) sem resolução de mérito e coisa julgada formal.
  - B) com resolução de mérito e coisa julgada formal.
  - C) sem resolução de mérito e coisa julgada material.
  - D) com resolução de mérito e coisa julgada material.
  - E) com resolução de mérito parcial e coisa julgada material parcial.
38. Feita a citação, é:
- A) é permitido ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir, a qualquer momento.
  - B) é defeso ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir, sem o consentimento do réu, alterando-se as partes.
  - C) é defeso ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir, sem o consentimento do réu, mantendo-se as mesmas partes, salvo as substituições permitidas por lei.
  - D) é permitido ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir, sem o consentimento do réu, mantendo-se as mesmas partes, salvo as substituições permitidas por lei.
  - E) é defeso ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir, sem o consentimento do réu, mantendo-se as mesmas partes, incluindo-se na vedação as substituições permitidas por lei.
39. Indique o item que preenche, corretamente, a lacuna da frase: Dá-se a \_\_\_\_\_ entre duas ou mais ações sempre que há identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o das outras.
- A) conexão
  - B) distribuição
  - C) continência
  - D) competência
  - E) preclusão lógica
40. O princípio do Direito Processual Civil que tem destaque na norma do art. 250 do CPC, *in verbis*, “O erro de forma do processo acarreta unicamente a anulação dos atos que não possam ser aproveitados, devendo praticar-se os que forem necessários, a fim de se observarem, quanto possível, as prescrições legais”, é o princípio:
- A) da formalidade.
  - B) do contraditório.
  - C) da ampla defesa.
  - D) do duplo grau de jurisdição.
  - E) da instrumentalidade das formas.

41. O direito penal só deve se ocupar com ofensas realmente graves aos bens jurídicos protegidos. O princípio que melhor representa esta concepção do Direito Penal é o princípio da:
- A) dignidade da pessoa humana.
  - B) fragmentariedade.
  - C) proporcionalidade.
  - D) irretroatividade.
  - E) legalidade.
42. Indique o item que preenche, corretamente, a lacuna da frase: Na \_\_\_\_\_ o preenchimento do tipo é feito a partir de outras disposições, de modo que para sua realização remete-se a outras disposições jurídicas (remissão interna e externa) ou atos administrativos. Face à imprecisão do conteúdo do tipo, ou seja, para concretizar a norma, o intérprete precisa recorrer a estas, sem as quais não se torna possível, pois estas disposições limitam as margens de espaço de decisão.
- A) norma penal não incriminadora
  - B) norma penal incriminadora
  - C) norma penal em branco
  - D) norma penal completa
  - E) norma penal supletiva
43. Indique o item que preenche, corretamente, a lacuna da frase: Ocorre a \_\_\_\_\_ quando a lei nova deixa de considerar como infração o que era anteriormente tido como ilícito penal.
- A) *aberratio ictus*
  - B) *abolitio criminis*
  - C) *aberratio delicti*
  - D) prescrição do crime
  - E) decadência do crime
44. O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados. A assertiva caracteriza o(s) instituto(s):
- A) desistência voluntária, somente.
  - B) arrependimento eficaz, somente.
  - C) arrependimento posterior, somente.
  - D) desistência voluntária e arrependimento eficaz.
  - E) desistência voluntária e arrependimento posterior.
45. Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime. A assertiva caracteriza o(s) instituto(s):
- A) da tentativa branca.
  - B) do crime consumado.
  - C) do crime impossível.
  - D) da agravação pelo resultado.
  - E) erro determinado por terceiro.
46. O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado:
- A) isenta de pena. Consideram-se, neste caso, as condições ou qualidades da vítima.
  - B) não isenta de pena. Consideram-se, neste caso, as condições ou qualidades da vítima.
  - C) isenta de pena. Não se consideram, neste caso, as condições ou qualidades da vítima, senão as da pessoa contra quem o agente queria praticar o crime.
  - D) não isenta de pena. Não se consideram, neste caso, as condições ou qualidades da vítima, senão as da pessoa contra quem o agente queria praticar o crime.
  - E) isenta parcialmente da pena. Não se consideram, neste caso, as condições ou qualidades da vítima, senão as da pessoa contra quem o agente queria praticar o crime.

47. Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato:
- A) para salvar de perigo atual, mesmo que tenha provocado este, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
  - B) para salvar de perigo atual ou iminente, mesmo que tenha provocado este, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
  - C) para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio somente, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
  - D) para salvar de perigo atual ou iminente, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
  - E) para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
48. Entende-se em legítima defesa quem usando:
- A) moderadamente dos meios necessários, repele justa agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.
  - B) moderadamente dos meios necessários, repele justa agressão, atual apenas, a direito seu ou de outrem.
  - C) moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu somente.
  - D) discricionariamente, dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.
  - E) moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.
49. É isento de pena o agente que:
- A) por embriaguez incompleta, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
  - B) por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
  - C) por embriaguez completa voluntária, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
  - D) por embriaguez incompleta voluntária, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
  - E) por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
50. Segundo a doutrina jurídica da seara penal, são crimes em que não se admite a coautoria:
- A) crimes de mão própria.
  - B) crime de perigo.
  - C) crime próprio.
  - D) crime de dano.
  - E) crime vago.